



JOSÉ e MARIA CECILIA com os netos, no sítio onde têm mata nativa protegida



NO PROGRAMA RIO RURAL, cana é mais sustentável social e ambientalmente



SISTEMA produtivo agroecológico (mandala) em São José de Ubatã



Fotos de Divulgação

No Rio, agricultores receberão para preservar

Camila Nobrega camila.nobrega@oglobo.com.br

José Oliveira é um típico agricultor do noroeste fluminense do Rio de Janeiro. Tem uma mini produção de café, com cerca de 30 sacas por ano, vinte cabeças de gado e uma área de 638 hectares de mata nativa em seu sítio. E cuida de tudo com os próprios braços e a ajuda da mulher, Maria Célia de Oliveira, que, como ele, tem 72 anos. Mas, a partir do ano que vem, o casal vai ganhar um retorno, que nada tem a ver com aumento de produção. Eles são uma das cerca de mil famílias do município de Varre-Sai, microregião de Iaperuna, que vão receber da Prefeitura pagamentos por serviços ambientais como conservação de florestas, afirma que o projeto brasileiro a usa o ICMS ecológico (repasse de parte do imposto para conservação de áreas ambientais do município) para fazer esse pagamento a agricultores.

A lei municipal foi sancionada em novembro de 2010 e está sendo revisto. De acordo com o código vigente, é necessário manter um mínimo de trinta metros de área de mata nativa ao longo dos rios. Mas, embora essa determinação exista na lei há mais de 40 anos, a grande maioria dos agricultores não a cumpre. E eles não são "tora da lei" por opção. Não havia conscientização sobre o assunto no país, e as pessoas construíram casas próximas aos rios, em busca de um ambiente mais fresco. Com o pagamento por serviços ambientais, a ideia é recompensar quem mantém uma boa área de mata nativa de um lado e recupera áreas perdidas do outro.

O próprio casal Oliveira não recebeu o dinheiro da Prefeitura como recompensa por tudo isso. Posso contratar um ajudante na pecuária e ficar trabalhando com a mata. O que João e os outros agricultores chamam de "mata beira do rio" é exatamente a mata ciliar, um dos pontos mais polêmicos do Código Florestal brasileiro, cujo texto

está sendo revisto. Há dois anos, o projeto da lei para que agricultores de vários municípios do estado possam utilizar métodos sustentáveis de produção e recuperem áreas de mata. Os produtores recebem capacitação e materiais como cercas e adubos, mas não há pagamento pelos serviços ambientais. Segundo o técnico executor do projeto Rio Rural no município de Varre e Sai, Manoel Duarte, é aí que as pretensões podem entrar, como um complemento para os agricultores que preservam.

— Levei a ideia de usar o ICMS ecológico para o prefeito de Varre-Sai porque os produtores precisam de apoio. Quem protegeu teve gastos para isso. Eles plantam mudas, fazem aceiros (limpeza da vegetação do entorno) e são os responsáveis por guardar a mata de quem não quer. Outras cidades já estão discutindo o pagamento de serviços ambientais. Duarte é técnico da Emater (Empresa Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural) em Varre-Sai e acompanhou o processo de preparação da lei que prevê o repasse do ICMS ecológico aos agricultores. Ele explicou que, em primeiro lugar, foram oficializadas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no município. Com isso, a nova lei pode ser aprovada, previsto, de acordo com a prefeitura do município, o repasse de 60% do ICMS Ecológico diretamente aos proprietários que já possuem ou planejam novas reservas.

em Varre-Sai e acompanhou o processo de preparação da lei que prevê o repasse do ICMS ecológico aos agricultores. Ele explicou que, em primeiro lugar, foram oficializadas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no município. Com isso, a nova lei pode ser aprovada, previsto, de acordo com a prefeitura do município, o repasse de 60% do ICMS Ecológico diretamente aos proprietários que já possuem ou planejam novas reservas.

Por enquanto, são oito RPPNs oficializadas, mas, até 31 de março, o objetivo é que cerca de 30 áreas de proteção já estejam delimitadas. E a aprovação das RPPNs garante um aumento de 30% no ICMS ecológico repassado pelo estado ao município. Trata-se, no fim das contas, de um bom negócio do ponto de vista ambiental, econômico e social, já que o foco são os agricultores familiares.

— Os benefícios são compartilhados por toda a sociedade. As pessoas têm acesso à água mais limpa, e as empresas também saem ganhando, porque

Projetos de pagamento por serviços ambientais estão se estabelecendo como iniciativa importante na conservação de florestas no Brasil. E as verbas vêm de diferentes fontes. Na cidade mineira de Extrema, que fica no Espigão Sul da Serra da Mantiqueira, o repasse aos agricultores é feito pela Prefeitura. Por isso, a Cetesh, por exemplo, res-ponsável pela distribuição de água às residências de São Paulo, é uma das financiadoras indiretas do pagamento pelos serviços ambientais. Já no município de Apucarana, no Paraná, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente fez parceria com a Fundação Bo-

explicou Duarte. A geógrafa Bertha Becker acredita que, bem administrado, o pagamento por serviços ambientais pode ser interessante para o Rio de Janeiro. Ela, que é crítica de projetos de Res-tauração e Degradação (Redd), que garantem pagamentos por serviços ambientais por serviços que não foram feitos antes, afirma que o programa pode ser interessante para o Rio de Janeiro. Ela, que é crítica de projetos de Res-tauração e Degradação (Redd), que garantem pagamentos por serviços ambientais por serviços que não foram feitos antes, afirma que o programa pode ser interessante para o Rio de Janeiro. Ela, que é crítica de projetos de Res-tauração e Degradação (Redd), que garantem pagamentos por serviços ambientais por serviços que não foram feitos antes, afirma que o programa pode ser interessante para o Rio de Janeiro.

haver desmatamento. Mas é o estorjo para explorar a floresta economicamente? Já nesse projeto, me parece que a ideia é combater preservação com atividade produtiva. Aí faz sentido, é diferente receber apenas para preservar.

A lei sobre o pagamento por serviços ambientais chegou num momento em que os agricultores já haviam sido capacitados para preservar a cobertura vegetal de suas propriedades, por meio do programa estadual Rio Rural. Todas as famílias que serão beneficiadas pela ajuda financeira do município já haviam passado pelo programa. Segundo a coordenadora técnica do Rio Rural, Helga Hissa, o objetivo é facilitar a vida dos agricultores, que precisam se adequar à lei e às exigências do mercado.

— Não acreditamos no assistencialismo. A ideia do Rio Rural é fomentar boas práticas, para que o pequeno agricultor possa competir no mercado e preservar o meio ambiente. Mas, se por um lado o estado dá uma parte dos

RIO RURAL
www.mnicbacias.f.gov.br
programa_rio_rural.htm